

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na abertura do Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional, na cadeia de Caxias, em Oeiras, no passado dia 2 de março de 2021, a Senhora Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, afirmou que o Estado tem a responsabilidade de assegurar aos reclusos uma existência digna e de zelar «*para que se tornem aptos a retomar a vida em liberdade num quadro de opções que debilitem o risco de reincidência*».

A Sra. Ministra afirmou ainda que o sistema prisional é também «*o espelho da sociedade que somos, qualificando-nos, ou não, como seres humanos, na responsabilidade solidária que a dimensão coletiva da nossa humanidade encerra*».

Curiosamente na mesma semana, assistimos na Assembleia da República a duas audições que devem deixar a Senhora Ministra da Justiça muito envergonhada com o que afirmou, pois tais audições revelaram, à sociedade, o estado deplorável de várias das nossas prisões, nas quais os reclusos se encontram em situação degradante e sem condições mínimas de dignidade, demonstrando a inércia do Estado, cuja responsabilidade a este nível incumbe, em primeira linha, ao Governo, através do Ministério da Justiça.

Na Subcomissão para a Reinserção Social e dos Assuntos Prisionais foi ouvida, no dia 2 de março, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, foram ouvidos os primeiros subscritores das Petições n.º 176/XIV/2 e n.º 177/XIV/2, esta última apresentada pela APAR – Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso.

Tais audições encontram-se acessíveis e podem ser consultadas nos seguintes links:

<https://canal.parlamento.pt/?cid=5179&title=audicao-do-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos-da-ordem-dos-adv>

<https://canal.parlamento.pt/?cid=5192&title=audicao-conjunta-dos-subscritores-de-peticoes-sobre-um-perdao-de-penas>

Em qualquer dessas audições foram descritas situações verdadeiramente chocantes e altamente degradantes no que se refere às condições em que vivem muitos reclusos, nomeadamente do Estabelecimento Prisional de Lisboa, sobretudo ao nível da falta de espaço nas celas devido à sua sobrelotação (foram relatados casos em que dois reclusos têm de estar deitados no beliche para que um terceiro possa estar de pé no corredor), na falta de privacidade para a realização das necessidades fisiológicas (a sanita não tem qualquer divisória que assegure privacidade) e na falta de condições sanitárias (existência de percevejos e pulgas nas celas).

Estas descrições, quando cruzadas com as afirmações produzidas pela Senhora Ministra, revelam que estamos muito longe de ser um País que respeita a dignidade dos seus reclusos, o que é deveras preocupante.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados apresentam à Ministra da Justiça as seguintes perguntas:

1 – O que é que a Senhora Ministra tem a dizer relativamente aos relatos chocantes, feitos perante a Assembleia da República pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e pela APAR – Associação de Apoio ao Recluso, sobre as condições degradantes em que vivem vários reclusos?

2 – Que medidas estão a ser preparadas pelo Governo para melhorar as condições descritas por estas entidades?

Palácio de São Bento, 11 de março de 2021

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

Deputado(a)s

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)

PEDRO RODRIGUES(PSD)